

Empresariado vai a Sarney dar

Brasília — Representando 90% do empresariado brasileiro, as Confederações da Indústria, Comércio e Agricultura, mais as Federações Nacionais dos Bancos e dos Transportes vão demonstrar, na próxima quinta-feira, no Palácio do Planalto, apoio ao Presidente em exercício José Sarney. Durante o encontro, marcado pelo Senador Albano Franco (PFL-SE), os empresários pretendem mostrar sua disposição de aderir a um pacto social.

Com o agravamento da doença do Presidente Tancredo Neves, as lideranças empresariais começam a reunir-se no eixo Rio—São Paulo—Brasília, ressaltando nas conversas a necessidade de apoio à solução constitucional. O Senador Albano Franco mantém contato permanente com esses dirigentes, articulando a visita ao Palácio do Planalto.

Leis trabalhistas

— Tenho notado uma imensa disposição ao diálogo, à distribuição de sacrifícios — garante Albano Franco, preocupado em assegurar base de sustentação social à Presidência da República.

As articulações mais reservadas alcançaram lideranças da Aliança Democrática, como o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e o líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, chegando ainda ao Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Pazzianotto pediu ao Senador Albano Franco sugestões do empresariado para alterações nas leis trabalhistas, especialmente a lei de greve. “Não há dúvida de que esse tipo de trabalho faz parte da busca de acordo, de entendimento”, ressalta Albano Franco. Em suas conversas com sindicalistas e empresários, Pazzianotto tem ressaltado que o diálogo é o instrumento para se atingir o clima de paz social.

Em setores do empresariado, mais precisamente na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, surgiu, com a doença de Tancredo Neves, o receio de que Sarney, necessitado de apoio na sociedade, faça concessões a grupos progressistas. Há quem veja nesse encontro no Palácio do Planalto, com os dirigentes empresariais, uma forma muito sutil de passar o recado de que não convém atacar a livre iniciativa.

De fato, parlamentares como Francisco Pinto (PMDB-BA), Miguel Arraes (PMDB-PE), João Hermann (PMDB-SP), entre muitos outros da ala progressista do PMDB, já prepararam um plano de mudanças sócio-econômicas a ser entregue a José Sarney. “Só as mudanças vão legitimá-lo”, disse Chico Pinto a Sarney, na última terça-feira, durante audiência no Palácio do Planalto, complementando: “A classe política vem depois. Do contrário, o senhor não terá força para contrariar um simples deputado estadual”.

A Aliança Democrática está decidida a evitar um confronto entre empresários e trabalhadores. “Há muita margem de negociação”, argumenta o empresário e Senador Severo Gomes (PMDB-SP). O assunto é considerado urgente, uma vez que greves são deflagradas em várias partes do país. O líder do PMDB na Câmara, num encontro com outros dirigentes de seu partido, reconheceu que não se esperava para tão cedo movimentos de paralisação nas fábricas. “Calculava que isso acontecesse no final do primeiro semestre”, disse.

Miguel Reale condena mandato-tampão forjado

São Paulo — Ao destacar que a Constituição deve ser respeitada, o jurista Miguel Reale advertiu: “Com a perda do nosso Presidente ou pela crise social ou econômica que nos assobberba, é incompatível ter soluções da emergência e decisões precipitadas, como seria a de um mandato-tampão forjado pelo Congresso Nacional ou a improvisação de uma Constituinte já”.

— O Artigo 77 da Constituição — disse — deve ser respeitado, com a posse de José Sarney como Presidente da República. O que se deve fazer, atendendo a uma das determinações de Tancredo Neves, é um imediato expurgo no texto constitucional de todas as normas e disposições autoritárias. Esta seria uma providência preparatória da Assembléia Constituinte a ser eleita em 1986.

Um dos principais especialistas, no país, em direito constitucional, o jurista considera a sucessão do Presidente Tancredo Neves “uma matéria pacífica no sentido que nós devemos a todo

custo respeitar o que dispõe a Constituição”.

— É nos momentos de crise que os políticos e a classe dirigente devem demonstrar maior serenidade, evitando o início de processos altamente perigosos que depois se tornam irreversíveis. E quando me refiro a classe dirigente, não incluo somente a classe política mas todas as categorias sociais que compõe a opinião pública — observou.

Miguel Reale destacou que a quase unanimidade de juristas do país já se manifestou a respeito do assunto de forma favorável à posse de José Sarney. As vozes discordantes, disse, acrescentaram argumentos completamente vazios, sem qualquer substância jurídica.

— O Vice-Presidente José Sarney que já assumiu a interinidade com a doença do Presidente Tancredo Neves, o sucederá na eventual vacância — afirmou, ao sair do Instituto do Coração, o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Cordeiro Guerra. “o quadro institucional não deverá sofrer alterações significativas” — comentou.

Preocupado com o estado muito grave de Tancredo, ele observou: “Como todo bom brasileiro, vejo o momento com pesar e ansiedade. Somos um país politicamente organizado, temos uma Constituição à qual devemos obediência e esperamos: todos serão fiéis à ordem jurídica para o bem do povo brasileiro.”

Calim Eid aponta falta de respaldo

São Paulo — O Presidente em exercício, José Sarney, “não tem respaldo político nem popular e, na minha opinião, não tem capacidade para administrar o país”, afirmou o ex-coordenador nacional da campanha eleitoral do Deputado federal Paulo Maluf (PDS-SP), Calim Eid, considerado ainda um dos principais porta-vozes do malufismo.

Calim Eid acha que para Sarney obter um mínimo de respaldo político, “ele tem que enviar mensagem ao Congresso, propondo eleições diretas em 1986. Isto é o mínimo que ele pode fazer para manter-se no Poder até março de 1987 e pará ter autoridade para governar até lá”.

Vivaldo não vê clima para radicalizações

“O agravamento do estado de saúde do Presidente Tancredo Neves é um alerta: ensina que o país necessita reconstruir suas instituições, pois mais do que nunca não podemos ter o destino do país apenas em torno de uma pessoa ou de um grupo de pessoas”. Foi assim que o Secretário de Justiça do Rio, Vivaldo Barbosa, reagiu à notícia de que diminuíram as chances de sobrevivência de Tancredo.

O Secretário participava da apuração dos votos das eleições realizadas na Federação das Associações de Favelas do Rio (Faferj), no final da tarde, e, até então, não recebera notícias do Instituto do Coração. Desanimado, ele disse a seguir que “passará um milênio para que aconteça a uma nação o que aconteceu agora com o povo brasileiro”, lamentando que “após mais de duas décadas de período autoritário tenha ocorrido essa tragédia: o Presidente não consegue tomar posse, quando a nação já conseguira se articular e reorganizar”.

Vivaldo Barbosa recompôs-se, porém, para garantir que “a nação brasileira saberá se recobrar de mais este golpe e encontrará seus caminhos para se realizar como uma sociedade justa”.

Mas, para ele, a saída está mesmo é na reconstrução das instituições:

— As instituições representam o grupo, o coletivo, e aí nós aprendemos a lição de que não mais podemos construir saídas para o país suportadas em torno de uma pessoa ou de poucas pessoas, mas sim em cima do grupo, do coletivo, das instituições.

Para o Secretário de Justiça do Rio não há clima para radicalizações neste momento, pois “os grupos que tentarem radicalizar não encontrarão respaldo para atuar de forma unilateral”. Ele classificou Tancredo Neves como uma figura de conciliação.